



INFORMATIVO GIAC 186, de 28 de junho de 2021

Aos membros do Ministério Público brasileiro

Considerando as informações acerca das ações de enfrentamento da Covid-19 e os questionamentos recebidos pelo gabinete, o GIAC COVID-19 tem a informar o que se segue:

Acompanhamento e informações relativas à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia

Considerando a instalação, em 27 de abril de 2021, da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia destinada à apuração das ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da crise sanitária decorrente da Covid-19, o Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (Giac) acompanhará e veiculará, por meio do Informativo Giac, os desdobramentos da ação legislativa. Confira, a seguir, as audiências realizadas pela Comissão no Senado Federal, bem como a pauta prevista para os próximos dias:

- [4/5/2021- Oitiva do ex-Ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta](#)
- [5/5/2021 – Oitiva do ex-Ministro da Saúde Nelson Teich](#)
- [6/5/2021- Oitiva do Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga](#)
- [11/5/2021- Oitiva do Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária \(Anvisa\), Antonio Barra Torres](#)
- [12/5/2021 – Oitiva do ex-Secretário Especial de Comunicação Social da Presidência Fábio Wajngarten](#)
- [13/5/2021 – Oitiva do Gerente Geral da Pfizer na América Latina, Carlos Murillo](#)
- [18/5/2021 – Oitiva do ex-Ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo](#)
- [20/5/2021 – Oitiva do ex-Ministro da Saúde General Eduardo Pazuello](#)
- [25/5/2021 – Oitiva da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Mayra Pinheiro](#)
- [26/5/2021 - Audiência deliberativa](#)
- [27/5/2021 – Oitiva do Diretor do Instituto Butantan, Dimas Tadeu Covas](#)
- [1/6/2021 - Oitiva da médica oncologista e imunologista Nise Hitomi Yamaguchi](#)
- [2/6/2021 – Oitiva da Ex-Secretária de Enfrentamento à Covid do Ministério da Saúde, Luana Araújo](#)

- [8/6/2021 - Oitiva do Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga](#)
- [9/6/2021 – Oitiva do Coronel Antônio Elcio Franco Filho](#)
- [10/6/2021 – Oitiva do Governador do Estado do Amazonas, Wilson Lima \(não comparecimento do governante\)](#)
- [11/6/2021 – Audiência Pública Interativa com os especialistas Nathália Pasternak, microbiologista e pesquisadora da Universidade de São Paulo \(USP\), e Cláudio Maierovitch, médico sanitário da Fundação Oswaldo Cruz \(Fiocruz\) e ex-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária \(Anvisa\).](#)
- [15/6/2021 – Oitiva do ex-Secretário de Saúde do Amazonas Marcellus Campelo](#)
- [16/6/2021 – Oitiva do ex-Governador do Rio de Janeiro Wilson Witzel](#)
- [17/6/2021 – Oitiva de Carlos Wizard Martins \(não comparecimento\) e do auditor do Tribunal de Contas da União \(TCU\) Alexandre Figueredo Costa Silva Marques \(oitiva adiada\)](#)
- [18/6/2021 – Audiência Pública Interativa com o médico infectologista Ricardo Dimas Zimerman e com o médico Francisco Eduardo Cardoso Alves](#)
- [22/6/2021 – Oitiva de Osmar Terra](#)
- [24/6/2021 – Oitiva da Diretora-Executiva da Anistia Internacional e Coordenadora do Movimento Alerta, Jurema Werneck, e debate com o epidemiologista Pedro Hallal](#)
- [25/6/2021 – Oitiva do Deputado Federal Luís Miranda \(DEM-DF\) e seu irmão, Luís Ricardo Miranda, Chefe da Divisão de Importação do Ministério da Saúde](#)
- [29/6/2021 às 9h – Oitiva do Deputado Estadual do Estado do Amazonas Fausto Vieira dos Santos Junior](#)
- [30/6/2021, às 9h – Oitiva de Carlos Wizard Martins \(oitiva remarcada após o não comparecimento do empresário, no dia 17 de junho de 2020\)](#)
- [01/7/2021, às 10h – Oitiva do Sócio-Administrador da Precisa, Francisco Emerson Maximiano](#)

Para mais informações e consulta aos expedientes enviados e recebidos, planos de trabalho, textos e relatórios atinentes à CPI da Pandemia, acesse o [link](#).

Decisão do STF determinou que governadores não poderão ser convocados a depor perante a CPI da Pandemia

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria de votos, manteve decisão proferida na [Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental \(ADPF\) nº 848](#) que suspendeu as convocações de governadores realizadas no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia. De acordo com a decisão, os governantes poderão participar das sessões da CPI, desde que voluntariamente, na condição de convidados.

Fonte: Agência Senado; Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19

MPF/PB, MP/PB e MPT/PB emitem alerta para que pessoas com deficiência, comorbidades e grávidas se vacinem contra a Covid-19

Os Ministérios Públicos Federal (MPF/PB), Estadual (MPPB) e do Trabalho (MPT/PB) na Paraíba alertam as pessoas com deficiência, grávidas e portadoras de comorbidades, que tenham mais de 18 anos e ainda não se vacinaram contra a Covid-19, a se dirigirem aos postos de vacinação para serem imunizadas. O objetivo da medida é garantir a vacinação desses grupos prioritários, principalmente na capital paraibana e região metropolitana, cujos percentuais de cobertura vacinal desses públicos ainda não alcançaram a meta almejada.

O alerta será transmitido na programação diária dos canais abertos de televisão da capital, em conjunto com a busca ativa, que será realizada pela prefeitura João Pessoa em razão de compromisso assumido durante [audiência de conciliação](#) perante a 3ª Vara da Justiça Federal. Trata-se de um reforço de comunicação para que os grupos prioritários sejam efetivamente alcançados e vacinados.

Busca ativa em Bayeux e Cabedelo - O MPF/PB também ajustou extrajudicialmente com os municípios de Bayeux e Cabedelo a realização de busca ativa de pessoas de grupos prioritários para alcançar a meta de cobertura vacinal, especialmente em relação a portadores de comorbidades e pessoas com deficiência.

Íntegra

[Decisão - Audiência de Conciliação \(Tutela Cautelar Antecedente – 0805021-48.2021.4.05.8200\)](#)

MPF/PB busca maior igualdade entre os 223 municípios da Paraíba no processo de vacinação contra a Covid-19

Em reunião realizada, na quinta-feira (24), o Ministério Público Federal na Paraíba (MPF/PB) buscou esclarecimentos junto à Secretaria de Estado da Saúde (SES/PB) sobre os critérios de distribuição de doses de vacinas entre os diversos municípios da Paraíba, tendo em vista evidentes discrepâncias verificadas no ritmo de avanço da vacinação no estado. A reunião decorre de preocupação do Ministério Público com os desníveis no ritmo de vacinação entre os municípios do estado, visto que a vacinação avança com rapidez muito maior em alguns deles, como João Pessoa, Baía da Traição e Marcação, em relação aos demais municípios.

Íntegra

[Ata de reunião nº 162/2021](#)

Texto com alterações: Assessoria de Comunicação Social do Ministério Público Federal na Paraíba

MPF/RS obteve liminar em ação garantindo prioridade na vacinação de indígenas não aldeados no Rio Grande do Sul

O Ministério Público Federal no Rio Grande do Sul (MPF/RS) obteve decisão favorável em ação que

busca providenciar a vacinação contra a Covid-19 dos indígenas não aldeados residentes no estado, com a mesma prioridade estabelecida para os indígenas aldeados.

A Juíza substituta da 9ª Vara Federal de Porto Alegre, Clarides Rahmeier, determinou que a União deve incluir, no prazo de dez dias, todos os indígenas do estado do Rio Grande do Sul, incluindo os não aldeados, que vivem em contextos urbanos ou em outros locais em que não estejam cadastrados pela Secretaria Especial de Saúde Indígena, na Fase I da vacinação prioritária contra a Covid-19.

A União e o Estado do Rio Grande do Sul também devem assegurar, no prazo de dez dias, a destinação de doses de vacina contra a Covid-19 e proceder à articulação imediata junto aos municípios gaúchos para fins de efetivação da vacinação prioritária dos indígenas não aldeados.

Texto com adaptações: Assessoria de Comunicação Social do Ministério Público Federal no Rio Grande do Sul

Justiça Federal determinou que Ministério da Saúde envie com urgência vacinas contra a Covid-19, oriundas do fundo estratégico, para o Estado de Rondônia

O Ministério da Saúde tem o prazo de 72 horas para enviar, obrigatoriamente, parte das vacinas do fundo estratégico para Rondônia. O fundo estratégico de 5% de vacinas existe para atender estados em situação mais crítica na pandemia decorrente da Covid-19.

A decisão da Justiça Federal, em caráter liminar, tem o intuito de que Rondônia alcance em até 30 dias a média nacional de recebimentos de vacinas proporcionalmente a sua população, quantitativo que deve ser mantido nesse patamar. A União deve comprovar à Justiça que fez a remessa de vacinas a Rondônia, informando o quantitativo e o percentual repassado do fundo estratégico.

Ao analisar o caso, a Justiça Federal considerou o relatório conjunto da Controladoria-Geral da União (CGU/RO) e do Tribunal de Contas do Estado (TCE/RO) que expôs a situação epidemiológica grave de Rondônia, que é o 2º estado que menos recebe doses de vacinas proporcionalmente a sua população e, ao mesmo tempo, o estado de maior mortalidade por Covid-19, atrás apenas do Amazonas.

Íntegra

[Decisão \(Ação Civil Pública nº 1008558-60.2021.4.01.4100, em curso na 2ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária de Rondônia\)](#)

Texto com adaptações: Assessoria de Comunicação Social do Ministério Público Federal em Rondônia

MPF/SE protocolou petição pedindo pela aplicação de multa ao Estado de Sergipe, em razão da não vacinação contra a Covid-19 de grávidas e puérperas sem comorbidades

O Ministério Público Federal em Sergipe (MPF/SE) protocolou pedido, na sexta-feira, para que a Justiça Federal aplique multa diária ao Estado de Sergipe por descumprimento da liminar que determina a retomada da vacinação contra Covid-19 de grávidas e puérperas sem comorbidades. Na liminar, publicada em 23 de junho, a Justiça havia estabelecido prazo de 48h para o restabelecimento da

vacinação desse público com imunizantes da Coronavac e da Pfizer.

No documento, o MPF/SE pediu, também, que a Justiça determine à Secretaria de Estado de Saúde a elaboração de Informe Técnico específico sobre a vacinação em grávidas e puérperas sem comorbidades, a ser direcionado a todos os municípios. Pediu, ainda, que o estado seja obrigado a publicar o informe em sua página oficial e redes sociais dirigida a toda a população, como realiza rotineiramente em relação às orientações relativas à vacinação contra Covid-19.

Entenda o caso - O novo pedido se deu porque o MPF/SE verificou que a Secretaria de Estado da Saúde não cumpriu a decisão de tutela de urgência proferida pela 3ª Vara Federal, a qual ordenou que a vacinação prioritária de gestantes e puérperas sem comorbidades fosse retomada no prazo de 48h, com uso das vacinas da Sinovac/Coronavac e Pfizer/Comirnaty.

Íntegra

[Pedido MPF/SE \(Ação Civil Pública nº 0802947-91.2021.4.05.8500\)](#)

Texto com adaptações: Assessoria de Comunicação Social do Ministério Público Federal em Sergipe

[Anvisa desenvolveu painel com informações de reuniões promovidas para tratar sobre as vacinas contra a Covid-19](#)

Com o propósito de conferir transparência às reuniões promovidas para tratar sobre as vacinas contra a Covid-19 registradas, autorizadas para uso emergencial, autorizadas para importação excepcional e em processo de análise, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) divulgou painel analítico com a data de realização dos encontros, lista de participantes e resumo das atas. Para acessar, clique [aqui](#).

[Anvisa divulgou comunicado acerca da detecção de casos de trombose associados às vacinas de Oxford/AstraZeneca/Fiocruz e Janssen](#)

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) publicou, na quinta-feira (24), o Comunicado GGMON 006/2021 sobre os casos de trombose em combinação com trombocitopenia (TTS) após o uso de vacinas com plataforma de adenovírus, como a Oxford/AstraZeneca/Fiocruz e a Janssen.

De acordo com o documento, os riscos de desenvolvimento da TTS são baixíssimos. Contudo, trata-se de uma condição rara e grave, caracterizada por falta de ar, dor no peito, inchaço na perna, dor abdominal persistente e sintomas neurológicos, como dores de cabeça fortes e persistentes (que não cedem ao uso de analgésico) ou visão turva. Para melhor evolução clínica, o comunicado indica que a TTS deve ser identificada e tratada de maneira precoce.

A Anvisa ressaltou que, considerando a avaliação da relação risco-benefício, mantém-se a recomendação pela continuidade da vacinação com os imunizantes de Oxford/AstraZeneca/Fiocruz e Janssen. Excetuam-se à recomendação, a vacinação de gestantes com a vacina de Oxford/AstraZeneca/Fiocruz e a segunda dose da vacinação, com imunizantes de plataforma adenoviral, em pacientes que sofreram

trombose venosa e/ou arterial importante, em combinação com trombocitopenia, ocorrida após vacinação com qualquer vacina para a Covid-19.

Íntegra

[Comunicado GGMON 006/2021](#)

Fonte: Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Ministério da Saúde se manifestou pela impossibilidade de incluir lactantes no grupo prioritário para vacinação contra a Covid-19

Na última quinta-feira (24), a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados aprovou requerimento para propor ao Ministério da Saúde a inclusão de lactantes no grupo prioritário para vacinação contra a Covid-19.

Em resposta, o consultor técnico do Programa Nacional de Imunização do Ministério da Saúde, Victor Porto, informou à comissão, na segunda-feira (28), sobre a impossibilidade de inserir as mães em período de lactação como prioridade, haja vista a inexistência de subsídios técnicos que fundamentem a solicitação: "As lactantes vão ser vacinadas, mas a gente precisa seguir a priorização de quem morre mais primeiro", afirmou o consultor.

Fonte: Câmara dos Deputados

Edição de junho do Boletim BiblioCovid reuniu artigos sobre Covid-19, comorbidade e fatores de risco

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) lançou, na segunda-feira (28), a edição de junho/2021 do Boletim BiblioCovid. A publicação deste mês apresenta dez artigos científicos sobre o tema "Covid-19, Comorbidade e Fatores de Risco", extraídos do Portal Regional da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Interessados poderão propor temas para os próximos boletins. Para tanto, basta acessar o formulário "[Rede de Bibliotecas Fiocruz – Levantamento de Demanda de Pesquisadores](#)".

Íntegra

[Boletim BiblioCovid – Covid-19, Comorbidade e Fatores de Risco](#)

Fonte: Fundação Oswaldo Cruz

Dados veiculados pelo Instituto Butantan mostram percentuais de eficácia da vacina CoronaVac

Com base em dados de artigo elaborado por cientistas do Instituto Butantan e encaminhado, em abril/2021, para a revista científica The Lancet, a eficácia global da vacina CoronaVac para casos leves, moderados ou graves, decorrentes da Covid-19, pode atingir 62,3% com intervalo entre doses igual ou superior a 21 dias.

Quando analisados de maneira apartada, os dados relativos ao imunizante demonstram eficácia

percentual de 83,7% a 100% para os casos moderados e graves. O artigo sugere, ainda, que a CoronaVac oferece proteção contra as variantes P.1 e P.2 do vírus Sars-Cov-2, causador da Covid-19.

Íntegra

[Efficacy and Safety of a COVID-19 Inactivated Vaccine in Healthcare Professionals in Brazil: The PROFISCOV Study](#)

Instituto Butantan lançou boletim para monitorar as diferentes cepas do novo coronavírus presentes em São Paulo

A fim de identificar as diferentes linhagens do novo coronavírus, o Instituto Butantan com o apoio de laboratórios públicos e privados lançou o Boletim Epidemiológico da Rede de Alertas das Variantes do Sars-Cov-2. A atual edição do boletim, reúne sequenciamentos genômicos extraídos a partir de dados coletados entre janeiro/2021 e a 22ª Semana Epidemiológica, encerrada em 5 de junho.

De acordo com a publicação, foram detectadas 20 cepas do vírus SarS-Cov-2 em circulação no Estado de São Paulo. A variante P.1, designada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como Gama, continua sendo a mais presente na região paulista, visto que representa 91,16% dos genomas sequenciados.

Íntegra

[Boletim Epidemiológico da Rede de Alerta das Variantes do Sars-CoV-2](#)

Fonte: Instituto Butantan

Brasil recebeu doação de 3 milhões de doses do imunizante da Janssen-Cilag

Chegaram ao Brasil, entre os dias 25 e 26 de junho, mais 3 milhões de doses do imunizante da Janssen-Cilag, oriundos de doação promovida pelos Estados Unidos. Além da doação do governo norte-americano, o País já havia recebido, na última semana, 1,8 milhões de doses da referida vacina.

Entrega de vacinas – Até o momento, a pasta da Saúde enviou, aproximadamente, [129,7 milhões de doses de vacinas contra a Covid-19 às Unidades Federativas](#). No total, cerca de [71 milhões de pessoas já receberam, pelo menos, a primeira dose da imunização contra o novo coronavírus](#).

Publicado o Boletim Epidemiológico nº 68 referente à Semana Epidemiológica 24 (13/6 a 19/6/2021)

Com o intuito de publicizar a análise detalhada do perfil de casos e óbitos decorrentes do novo coronavírus e de dados atinentes a hospitalizações e óbitos por Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) relativos à 24ª semana epidemiológica (13/6 a 19/6/2021), o Ministério da Saúde divulgou o [68º Boletim Epidemiológico Especial – Doença pelo Coronavírus Covid-19](#).

Segundo o boletim, durante a semana epidemiológica 24 (SE 24) foram registrados 508.932 casos e

14.528 óbitos por Covid-19, com taxa acumulada de incidência e mortalidade estimada em 8.445,50 casos e 236,5 óbitos a cada 100 mil habitantes. Em comparação com a SE anterior, foi verificado o aumento de 9% no número de casos e de 6% nas mortes ocasionadas pela doença.

Dados da Semana Epidemiológica 24 (13/6 a 19/6/2021)

- **Número de novos casos por região:** Região Centro-Oeste – 44.042 casos; Região Nordeste – 124.870 casos; Região Norte – 26.369 casos; Região Sudeste – 213.656 casos; Região Sul – 99.995 casos.
- **Número de novos óbitos por região:** Região Centro-Oeste – 1.227 óbitos; Região Nordeste – 2.812 óbitos; Região Norte – 591 óbitos; Região Sudeste – 6.902 óbitos; Região Sul – 2.996 óbitos.

O relatório apresenta, ainda, dados sobre os casos de SRAG hospitalizados, casos e óbitos de SRAG por Covid-19, perfil de casos e óbitos por SRAG em profissionais de saúde e gestantes, variantes de atenção e/ou preocupação, casos de reinfecção por Sars-Cov-2 e informações concernentes à vigilância laboratorial.

[Após aprovação pelo Senado Federal, projeto de lei que autoriza o uso de fábricas veterinárias para produção de vacina contra a Covid-19 é encaminhado para sanção presidencial](#)

O Senado Federal encaminhou para sanção presidencial, na última sexta-feira (25), o [Projeto de Lei nº 1343/21](#) cujo conteúdo autoriza que estruturas industriais destinadas à fabricação de imunizantes, para uso veterinário, sejam utilizadas, temporariamente, na produção de vacinas contra a Covid-19 no Brasil. De acordo com o autor da proposição, Senador Wellington Fagundes, as indústrias veterinárias possuem capacidade para produzir até 400 milhões de doses de vacina, no período de 90 dias. Para fabricação do insumo, as fábricas deverão observar às normas sanitárias e às exigências de biossegurança, bem como se submeterão ao controle e fiscalização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

[Segundo informações do Ministério da Saúde, Brasil receberá doação de 47 mil itens do "kit intubação" por parte do governo da Irlanda](#)

Acompanhado dos embaixadores da Irlanda e da União Europeia, o Ministro da Saúde anunciou, na última quinta-feira (24), a doação ao Brasil de 47 mil fármacos que compõem o "kit intubação" por parte do governo irlandês.

[Brasil recebeu insumo para produção de mais 10 milhões de doses da vacina CoronaVac](#)

Chegou ao Brasil, no último sábado (26), mais um lote de Ingrediente Farmacêutico Ativo (IFA) destinado à fabricação de 10 milhões de doses da vacina CoronaVac. A partir da remessa, o Instituto Butantan procederá ao envase, rotulagem e controle de qualidade antes da entrega das vacinas ao

Programa Nacional de Imunizações (PNI).

Segundo informações do Ministério da Saúde, já foram disponibilizadas ao PNI, pelo Butantan, 53,3 milhões de doses do imunizante CoronaVac.

Relatório da Conitec estimou economia de R\$ 150 bilhões aos cofres públicos com vacinação contra a Covid-19

Com base em evidências científicas e publicações de análises interinas, a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias (Conitec) elaborou avaliação econômica dos efeitos da vacinação contra a Covid-19 com os imunizantes de Oxford/AstraZeneca/Fiocruz e da Pfizer/Wyeth sobre os cofres públicos.

Segundo o documento, considerando o cenário mais positivo, a imunização com as referidas vacinas podem trazer uma economia de até R\$ 150 bilhões aos cofres públicos. Tal montante leva em consideração os gastos do Sistema Único de Saúde (SUS) com internações hospitalares, exames laboratoriais e de imagem: "A avaliação econômica demonstrou-se favorável à vacinação, com ambas as vacinas. A AstraZeneca/Fiocruz teve menor custo e maior eficácia em relação à não vacinação e a vacina da Pfizer/Biontech resultou em 100% das simulações com valor abaixo de um limiar conservador e foi considerada custo-efetiva", ressaltou o trecho do relatório.

Íntegra

[Relatório de Recomendação – Vacina da Fiocruz \[ChAdOx-1 \(Vacina Covid-19 recombinante\)\] e da Pfizer/Wyeth \[BNT162b2 \(Vacina Covid-19\)\] para prevenção da Covid-19](#)

Situação epidemiológica do novo coronavírus no Brasil

Dados extraídos do Painel Coronavírus, atualizados em 27 de junho de 2021, informam que o Brasil registra 18.420.598 casos de infecção pelo novo coronavírus e 513.474 óbitos decorrentes da doença.

Fonte: Ministério da Saúde

Disponibilizada listagem de decisões do STF relativas à CPI da Pandemia

O Supremo Tribunal Federal (STF) atualizou, na última sexta-feira (25), a [listagem de decisões proferidas em ações referentes à Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia](#) (CPI da Pandemia). Desde a instauração da CPI, o STF tem apreciado pleitos pela suspensão de quebras de sigilo e de convocações para oitivas perante o Senado Federal.

Fonte: Supremo Tribunal Federal

Diário Oficial da União

Visando dar publicidade às normas relativas ao enfrentamento do novo coronavírus, confira abaixo alguns atos publicados sobre o tema:

[Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 43, de 2021](#) – prorroga, pelo período de sessenta dias, a Medida Provisória nº 1.047, de 3 de maio de 2021, publicada no Diário Oficial da União no dia 4, do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre as medidas excepcionais para a aquisição de bens e a contratação de serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da pandemia da Covid-19".

[Portaria nº 1.275, de 23 de junho de 2021](#) - reconhece, por mais 180 dias, a contar de 10/06/2021, a Situação de Emergência em todo o território do município de Irati/PR, em decorrência da pandemia ocasionada pelo novo coronavírus.

[Portaria nº 1.361, de 24 de junho de 2021](#) - exclui estabelecimento do Anexo da Portaria GM/MS nº 1.135, de 2 de junho de 2021, que libera, em caráter excepcional, a transferência de recurso financeiro para custeio de Leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes acometidos pela Covid-19 de Estados e Municípios.

[Portaria nº 1.362, de 24 de junho de 2021](#) - desabilita, temporariamente, leitos de Unidades de Terapia Intensiva e autoriza, em caráter excepcional e temporário, leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) para atendimento exclusivo dos pacientes acometidos pela Covid-19.

[Portaria nº 1.390, de 25 de junho de 2021](#) - cancela a autorização de leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Adulto, para atendimento exclusivo dos pacientes acometidos pela Covid-19.

[Resolução RE nº 2.483, de 24 de junho de 2021](#) – defere petição referente à vacina BNT162 com RNA anti-viral para imunização ativa contra a Covid-19.

Fonte: Imprensa Nacional

O GIAC permanece à disposição pelo e-mail pgr-gabinetecovid19@mpf.mp.br ou pelo telefone (61) 99173-6539.

Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19

Fontes de informação atinentes ao novo coronavírus

Ministério Público

Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (GIAC) -

<http://www.conexao.mp.br/covid19/>

Conselho Nacional do Ministério Público – https://www.cnmp.mp.br/portal/noticias?o=l.start_date&t%5B%5D=&hash=164b143c45a9dec2205c9ab214b89d333b4e3f4e1c9133427d8ae40f9ab65a170276dba0-fe3e6a555d0e9435de7c21bfd36d96db4e2b26b5a4cf7669ab31a68&q=&w1=after&d1=&w2=before&d2=&tags%5B%5D=758&Search=

Conselho Nacional Procuradores-Gerais – <http://mpbrasileiro-coronavirus.com.br/>

Ministério Público do Trabalho – <https://mpt.mp.br/pgt/noticias/dia-do-trabalha-dor-conheca-as-acoes-adotadas-pelo-mpt-durante-a-pandemia-da-covid-19>

Poder Executivo

Agência Nacional de Aviação Civil – <https://www.anac.gov.br/coronavirus>

Agência Nacional de Energia Elétrica – <https://www.aneel.gov.br/noticias-covid-19>

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – <http://www.anp.gov.br/noticias/5678-comunicado-acoes-da-anp-em-epoca-de-pandemia>

Agência Nacional de Saúde Suplementar – <http://www.ans.gov.br/aans/noticias-ans/coronavirus-covid-19>

Agência Nacional de Telecomunicações – <https://www.anatel.gov.br/institucional/component/content/article/171-manchete/2541-acoes-do-setor-de-telecomunicacoes-no-combate-ao-coronavirus>

Agência Nacional de Transportes Aquaviários – <http://portal.antaq.gov.br/index.php/importante-coronavirus/>

Agência Nacional de Transportes Terrestres –

http://www.antt.gov.br/salaImprensa/noticias/arquivos/2020/03/Confira_as_acoes_da_ANTT_em_face_do_Covid19.html

Agência Nacional de Vigilância Sanitária – <http://portal.anvisa.gov.br/coronavirus>

Banco Central do Brasil – https://www.bcb.gov.br/acesoinformacao/medidasdecombate_covid19

Casa Civil – <https://www.gov.br/casacivil/pt-br> e <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/conteudos-coronavirus/noticias-sobre-comunicacao-social>

Casa Civil (Atos Normativos) - <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1MK0syn9T2AbKfzQpchzqRqA-Ecy6zXAnK5IxO-qALAT4/edit?usp=sharing>

http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm

Conselho Administrativo de Defesa Econômica – <http://www.cade.gov.br/coronavirus>

Conselho Nacional de Secretarias Municipais – <https://www.conasems.org.br/covid-19/>

Conselho Nacional de Secretários de Saúde – <http://www.conass.org.br/coronavirus/>

Controladoria-Geral da União – <https://www.gov.br/cgu/pt-br/coronavirus>

Fundo Nacional de Saúde - [https://portal.fns.saude.gov.br/orientacoes-tecnicas/2489-publicada-portaria-que-regulamenta-aplicacao-dos-recursos-de-emendas-parlamentares-preferencialmente-para-o-enfrentamento-ao-coronavirus-covid-](https://portal.fns.saude.gov.br/orientacoes-tecnicas/2489-publicada-portaria-que-regulamenta-aplicacao-dos-recursos-de-emendas-parlamentares-preferencialmente-para-o-enfrentamento-ao-coronavirus-covid-19)

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – <https://www.ipea.gov.br/coronavirus/>

Instituto Nacional de Propriedade Industrial – <http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/patente/tecnologias-para-covid-19/ESTUDOS>

Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – <https://www4.inmetro.gov.br/coronavirus>

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/mapa-contracoronavirus>

Ministério da Cidadania – <http://desenvolvimentosocial.gov.br/covid-19> e <http://blog.mds.gov.br/redesuas/>

Ministério da Defesa – <https://operacaocovid19.defesa.gov.br/>

Ministério da Economia - <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19/timeline>

Ministério da Educação -

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=86791

Ministério da Justiça - <https://www.novo.justica.gov.br/news/coronavirus-confirma-as-medidas-adotadas-pelo-ministerio-da-justica-e-seguranca-publica>

Ministério de Minas e Energia – <http://www.mme.gov.br/web/guest/covid-19>

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/covid-19>

Ministério das Relações Exteriores – <http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/alertas/covid-19-assistencia-a-brasileiros>

Ministério da Saúde – <https://coronavirus.saude.gov.br/>

Ministério da Saúde (Saúde Indígena) - <https://www.saude.gov.br/saude-indigena/>

Ministério do Turismo – <http://www.turismo.gov.br/coronavirus.html>

Planalto – <https://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-covid-19>

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça – <https://www.cnj.jus.br/coronavirus/>

Superior Tribunal de Justiça - <http://www.stj.jus.br/sites/portallp/Paginas/STJ-no-Combate-ao-Coronavirus.aspx>

Supremo Tribunal Federal – https://transparencia.stf.jus.br/extensions/app_processo_covid19/index.html

Poder Legislativo

Câmara dos Deputados – <https://www.camara.leg.br/temas/coronavirus>

Senado Federal – <https://www.senado.leg.br/senado/hotsites/covid/>

Demais instituições

Associação Médica Brasileira – <https://amb.org.br/coronavirus/>

Confederação Nacional de Municípios – <https://www.cnm.org.br/criises/principal/coronavirus/todos/1>

Conselho Federal de Farmácia – <http://covid19.cff.org.br/>

Conselho Federal de Medicina – <http://portal.cfm.org.br/>

Conselho Nacional de Saúde – <http://conselho.saude.gov.br/>

Conselho Nacional de Secretarias Municipais – <https://www.conasems.org.br/covid-19/>

Conselho Nacional de Secretários de Saúde – <http://www.conass.org.br/coronavirus/>

Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – <https://www.enfam.jus.br/portal-covid19/repositorio/>

Fundação Oswaldo Cruz – <https://portal.fiocruz.br/coronavirus>, <https://covid-19.procc.fiocruz.br/> e <https://unidos.fiocruz.br/>

Organização Mundial de Saúde - <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>

Organização Pan-Americana de Saúde – <https://www.paho.org/bra/> e https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875

Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) - <http://www.oecd.org/coronavirus/en/>

Rede Covida – <https://covid19br.org/>

Tribunal de Contas da União – <https://portal.tcu.gov.br/coopera/>